

**AMANDA KELLY NÓBREGA SILVA**

Concluinte do Curso de Graduação em Ciências Contábeis  
pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

**PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE):  
UM ESTUDO DA EFETIVIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SOUSA/PB**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Tipo:** Artigo Científico

**Objetivo:** Obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

**Instituição:** Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

**Área de Concentração:** Qualidade da Informação Contábil

**Orientador:** Prof.Me. Ronaldo José Rêgo de Araújo

**Localidade:** Sousa/PB

**Ano de depósito/defesa:** 2018

## **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): UM ESTUDO DA EFETIVIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SOUSA/PB**

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo verificar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e possibilitar uma análise de sua efetividade em escolas da rede pública de ensino na cidade de Sousa-PB. Para alcançar os resultados, foram utilizadas quatro escolas, onde foram realizadas entrevistas com agentes da política pública, verificando alguns aspectos exigidos pela legislação do PNAE. É um programa de grande relevância no âmbito educacional, tendo em vista a sua importância na qualidade de vida dos usuários, e que apesar do baixo recurso alocado, a gestão da escola é fundamental para o desempenho e execução do mesmo. Estapesquisa atingiu um grau satisfatório, no entanto para que as escolas consigam atingir os requisitos obrigatórios pré-estabelecidos no PNAE, existem limitações que vão além do que a administração das escolas podem realizar. Surgindo assim, a necessidade de estudos no programa em diferentes aspectos, como administrativos, contábil e de políticas públicas.

**Palavras-Chave:** Efetividade. Programa Nacional de Alimentação Escolar. PNAE.

### **1 INTRODUÇÃO**

Um dos grandes desafios da administração pública é ter sua prestação de serviços de qualidade juntamente com custos sociais reduzidos, ou seja, alcançar efetivamente os objetivos de suas políticas públicas.

Para o desenvolvimento da educação básica brasileira, é necessário que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia do padrão de qualidade, a acessibilidade e a igualdade de condições de acesso e permanência do aluno na escola (MEC, 2018).

O PNAE foi criado com o intuito de superar as desigualdades socioeconômicas no cotidiano escolar, é uma das mais importantes políticas sociais do governo federal, o maior programa de alimentação escolar do mundo e segue em constante evolução. Tem caráter complementar, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação – FNDE, com a função de garantir a alimentação escolar de estudantes dos ensinos infantil, fundamental e médio das escolas públicas e filantrópicas de todo o país.

A alimentação escolar se relaciona ao contexto do processo ensino-aprendizagem ao assumir a dimensão de prática pedagógica, de ação educativa, que visa promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional.

A contribuição do PNAE no desenvolvimento relativo a fatores sociais vai além do meio educacional, representando grande importância para o setor agrícola, pois 30% dos

recursos do programa devem ser, obrigatoriamente, destinados a produtos comercializados na agricultura familiar.

De acordo com Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), os avanços do programa também têm impacto no exterior, como exemplo de sucesso na área de alimentação escolar, o PNAE serve também como base para a implantação de programas similares em vários países do mundo (FNDE, 2018).

Segundo Salazar (2004), a efetividade é entendida como a capacidade de uma iniciativa em alcançar os objetivos propostos sob condições não controladas. Quando nos referimos à efetividade, estamos avaliando se uma intervenção serve para o que foi criada, quando funciona sob condições reais, não controladas. Com essa finalidade, foram levantados indicadores qualitativos e quantitativos que medem os níveis de satisfação dos atores envolvidos na execução da política pública.

Devido à grande relevância do PNAE, o presente trabalho tem o objetivo de verificar a execução do programa e possibilitar uma análise de sua efetividade sob a percepção da gestão e dos alunos das escolas da rede pública de ensino da cidade de Sousa-PB. Assim, pretende-se responder a seguinte questão problema: **Qual o grau de efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas instituições de ensino público na cidade de Sousa-PB?**

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Políticas Públicas**

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA E.C, 2002).

De acordo com o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (BRASIL, 2004), nesse ambiente favorável à melhoria do desempenho do setor público, ganha relevância a necessidade de incorporar a cultura dos controles gerenciais e de avaliação em três dimensões da ação governamental, isto é, a efetividade, eficácia e eficiência. A efetividade, entendida como a correspondência entre a implementação de um Programa e o alcance do seu objetivo, tendo por referência os impactos na sociedade; eficácia, entendida como a capacidade de alcance das metas previstas para as ações do Programa; eficiência, garantida pelo uso

otimizado, com economia e qualidade, dos bens e recursos empregados na execução das ações, tendo por referência padrões estabelecidos.

A partir desses conceitos, pode-se afirmar que a eficiência é a racionalização no uso dos insumos; a eficácia consiste no grau de alcance das metas programadas em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados; enquanto a efetividade observa se houve algum impacto resultante da ação governamental na sociedade.

A necessidade crucial de mais eficiência, eficácia e efetividade (3Es) das ações governamentais está intrinsecamente relacionada à questão do desenvolvimento social, pois suas possibilidades são, muitas vezes, cerceadas, devido aos limites que surgem quando os atores envolvidos na gestão pública não estão comprometidos com esses conceitos, resultando em impactos negativos na vida de todos os cidadãos. Daí a demanda por uma avaliação sistemática, contínua e eficaz que esbarra na falta de clareza quanto a indicadores de desempenho no setor público (SANO; MONTENEGRO, 2013).

## **2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE), surgiu no ano de 1955 com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial da aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola (BRASIL, 2014). Possui sustentação legal na Constituição, Estatutos, Medidas Provisórias e Resoluções.

O programa disponibiliza alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino, a estados, municípios e escolas federais (FNDE, 2018).

De acordo com a Legislação do PNAE, atualizada em 04 de setembro de 2018:

Art. 38 O FNDE transferirá recursos financeiros de forma automática, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto na Lei nº 11.947/2009, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, processando-se da seguinte forma:

I – o montante de recursos financeiros destinados a cada EEx., para atender aos alunos definidos no art. 4º desta Resolução, será o resultado da soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido e será calculado utilizando-se a seguinte fórmula:

$$VT = A \times D$$

VT = Valor a ser transferido x C

Sendo:

A = Número de alunos;

D = Número de dias de atendimento;

C = Valor **per capita** para a aquisição de gêneros para o alunado.

Os repasses por dia letivo para cada aluno são definidos de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

**Quadro 1 - Repasses por dia letivo para cada aluno**

Modalidade de ensino	Creches	Pré-escola	Escolas indígenas e quilombolas	Ensino fundamental e médio	Educação de jovens e adultos - EJA	Ensino integral	Programa mais educação	Atendimento educacional especializado
Valor em R\$ (per capita)	1,00	0,50	0,60	0,30	0,30	1,00	0,90	0,50

Fonte: FNDE.

Como os recursos financeiros do PNAE são de caráter suplementar, as EE's devem investir recursos financeiros próprios que possibilitem desenvolver um cardápio de maior qualidade nutricional. Ou seja, devem ser somados aos recursos próprios dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e não devem substituir as responsabilidades desses entes em relação à alimentação escolar (FNDE, 2018).

O programa se caracteriza pela função de fomentar a segurança alimentar, mas também o desenvolvimento local a partir da criação e expansão de um mercado institucional com capacidade para absorver volume considerável de produtos oriundos dos agricultores familiares. Tal mercado foi determinado com a criação de possibilidades de venda dos produtos da agricultura familiar às escolas públicas, via recursos governamentais. O avanço na política pública de alimentação escolar aconteceu em 2009 com a Lei nº. 11.947, determinando que, no mínimo, 30% dos produtos destinados à alimentação escolar fossem adquiridos da agricultura familiar. Com essa medida, o PNAE, além de buscar a segurança alimentar nas escolas públicas, amplia as oportunidades de comercialização dos produtos da agricultura familiar, sendo assim, trata-se de um programa que pode viabilizar ações de promoção do desenvolvimento local (CIRO; FREITAS, 2013).

### **2.3 Auditoria Governamental e Fiscalização**

O Tribunal de Contas é o responsável pelo acompanhamento da gestão, análise e fiscalização de processos de prestação de contas, atos administrativos, órgãos como secretarias e outros da administração indireta.

A partir do ano de 2000, foram implantados no Tribunal de Contas projetos de modernização, como processo de informatização, assegurando a sistematização, possibilitando a revisão de rotinas, ajuste de procedimentos, descobertas de formas novas e eficientes para melhorar velhas práticas, ganhar em velocidade e eficiência, preservando a legalidade e a moralidade pública.

Todos os esforços do Tribunal visam a dar cumprimento aos elevados encargos que lhes são reservados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, inaugurando uma nova era na fiscalização e controle externo – deveres/direito que a Constituição Federal lhe outorga -, modificando o momento e a oportunidade do controle, permitindo a tomada de posição e a correção de rumos, aspectos centrais do ideário da LRF. Ao invés de dedicar-se à “autópsia” do orçamento, na fase da prestação de contas anual, passa aos exames de rotina, agindo preventivamente no que diz respeito ao acompanhamento da Gestão, fazendo durante o exercício, permitindo ao relator das contas a emissão de alertas após análises mensais dos demonstrativos e não após o término da gestão (TCE-PB,2018).

Abrucio e Loureiro (2004) entendem o controle social como uma forma de *accountability* vertical que não se esgota na eleição, funcionando ininterruptamente, sem contradizer ou se contrapor aos mecanismos clássicos de responsabilização. Para eles, esse tipo de controle depende, de forma geral, de informações e debate entre os cidadãos, de instituições que viabilizem a fiscalização, de regras que incentivem o pluralismo e coíbam o privilégio de alguns grupos diante da maioria desorganizada, bem como do respeito ao império da lei e aos direitos dos cidadãos. Nessa linha, os Tribunais de Contas (TCs) são espaços institucionalizados criados com o objetivo de assegurar a boa governança dos recursos públicos.

De uma atuação apenas prévia para controle das despesas públicas, passaram a atuar de forma concomitante e a *posteriori*, principalmente para fazer face ao crescente desenvolvimento e complexidade da administração pública (LOUREIRO; TEIXEIRA; MORAES, 2009).

De acordo com o (FNDE, 2018), do ponto de vista operacional, participam do PNAE: Governo Federal, por meio do FNDE – Define as regras do programa; Entidades Executoras (EEx) – Devem executar o programa de acordo com a lei; Unidade Executora (UEX) – Representando a comunidade educativa, funcionam com um “Caixa Escolar”; e Conselho de Alimentação Escolar – Responsável pelo controle social.

Entre outras instituições de fiscalização do governo federal, como Tribunal de Contas da União e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Ministério Público Federal, Secretarias de Saúde e de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Conselho Federal e Conselhos Regionais de Nutricionistas.

## 2.4 Estudos Correlatos

Vários estudos têm sido desenvolvidos com o uso de indicadores de efetividade do PNAE no intuito de proporcionar mecanismos de controle e monitoramento das atividades desenvolvidas no programa.

O conceito de efetividade de uma maneira geral tem sido muito discutido no âmbito do setor público. Alinhando-se ao entendimento dos autores dos estudos correlatos, a pesquisa busca conhecer o atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar e de acordo com as informações dos gestores e alunos averiguar se o funcionamento do programa nas escolas satisfaz os objetivos e diretrizes estabelecidos por lei.

**Quadro 2 - Estudos anteriores**

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Principais Resultados</b>
Um estudo sobre o gerenciamento dos recursos do PNAE numa escola municipal na cidade de Monteiro – PB no ano de 2016	Keli Cristina de Oliveira, 2018.	Identificar o gerenciamento dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da Escola Adalice Remígio Gomes no Município de Monteiro – PB.	O desafio para execução dos recursos é oferecer a todos os alunos matriculados uma merenda de qualidade, que possa suprir as necessidades nutricionais exigidas pelo FNDE, haja vista que o recurso disponibilizado está vinculado ao censo escolar do ano anterior.
Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O caso do Centro de Ensino Especial 01 do Guará (DF)	Júlia Heide Pires Rocha Ribeiro, 2013	O objetivo geral do trabalho é averiguar se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) segue as orientações previstas em lei e é capaz de proporcionar suprimento parcial das necessidades nutricionais dos alunos do Centro de Ensino Especial 01 do Guará (CEE1).	Constatou-se que o Programa necessita de adequações para atender satisfatoriamente ao público específico dos CEE's, tendo em vista que da forma que se apresenta atualmente, é apenas extensão de uma política, sem as adaptações necessárias, perdendo parte de sua efetividade, e até tornando-se totalmente ineficiente.

<p>Contabilidade e cidadania: Análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Serra Negra do Norte No período de 2011 - 2016</p>	<p>Ana Jacqueline Mariz Ramos, 2016</p>	<p>Conhecer o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar e realizar uma análise dos recursos financeiros do município de Serra Negra do Norte, da região do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, no período entre os anos de 2011 a 2016, a fim de verificar se os recursos financeiros repassados pelo Governo Federal satisfazem os objetivos e diretrizes do programa.</p>	<p>Os resultados fornecem um cenário de dificuldade e instabilidade do município em executar os objetivos e diretrizes do programa.</p>
---	---	--	---

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2018).

A importância para a realização deste estudo refere-se à busca por um melhor entendimento de como a administração pública pode realizar uma melhor gestão de seus recursos e efetividade social do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas escolas públicas da cidade de Sousa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à finalidade, a pesquisa se caracteriza como aplicada. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.

Quanto ao objetivo, classifica-se como um estudo descritivo, pois exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo procura descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto à abordagem, representa uma pesquisa qualitativa pela intenção de identificar a efetividade do programa voltado para a análise de aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, temos um estudo de multicaso. Esse tipo de estudo, segundo Yin (2001), tem provas mais convincentes, sendo visto como mais robusto. No entanto, o autor alerta para as maiores exigências de tempo e de recursos. A utilização desse método permite maior abrangência dos resultados, ao ultrapassar a singularidade de dados referentes a uma única instituição de ensino.

Os questionários aplicados foram adaptados do trabalho de Bittencourt (2007) e ampliados baseados em pesquisas anteriores e pressupostos das diretrizes do programa.



Assim, o questionário final, apresentado em Apêndice, foi composto por vinte e quatro questões distribuídas aleatoriamente e indagavam sobre os seguintes aspectos investigados: Organização e Gestão; Condições Físicas; Aspectos Intrínsecos e Atendimento, dando ao aluno cinco opções de resposta quanto ao seu nível de satisfação: muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito, muito insatisfeito ou, ainda, não sei dizer.

Já o formulário de entrevista feita aos quatro gestores escolares fora composto por dez questões discursivas sobre os objetivos do programa, a sua descentralização, fatores positivos e negativos, apoio técnico do MEC - FNDE e prestação de contas.

Para obter um resultado mais próximo à realidade, a amostra foi escolhida da maneira mais diversificada possível, cada escola está situada em bairros diferentes da cidade. As escolas escolhidas como amostra foram: E.M.E.I.F. Otacílio Gomes de Sá, E.E.E.I.E.F.M. Rotary Dr. Thomaz Pires, E.N.E. José de Paiva Gadelha e E.E.E.F. Cônego João Cartaxo Rolim, correspondem, respectivamente, a Fundamental Séries Iniciais, Fundamental Séries Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA. O questionário foi aplicado em etapas de ensino diferentes em cada escola.

**Tabela 3 - Amostra de alunos por etapas de ensino e sexo**

CATEGORIA	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	EJA	Total
	SÉRIES INICIAIS	SÉRIES FINAIS			
Feminino	34	29	16	6	85
Masculino	22	32	15	6	75
Total	56	61	31	12	160

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

A amostra da pesquisa é composta por 160 alunos. No total, foram 56 alunos das séries iniciais do ensino fundamental, 61 alunos das séries finais, 31 do ensino médio e 12 da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Entre os consultados, a maioria é do sexo feminino (64%). Eles declararam frequentar o refeitório em média 4 vezes por semana.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Avaliação da Efetividade

Cada dimensão analisada é a junção de fatores e suas características que foram agrupadas de acordo com as questões do questionário, para permitir uma análise adequada dos resultados.

#### 4.1.1 Gestão e Organização do Trabalho

Essa dimensão é composta pelos itens: Alimentos, Comidas Regionais, Datas Especiais, Horário, Merenda escolar e Presença de professores.

**Tabela 4 - Grau de Satisfação dos Alunos - Organização e Gestão**

CATEGORIA	EJA	ENSINO MÉDIO	FUND. SÉRIES FINAIS	FUND. SÉRIES INICIAIS	GERAL
Muito satisfeito	25,00%	8,60%	13,39%	61,52%	27,13%
Satisfeito	75,00%	37,10%	45,90%	30,13%	47,03%
Insatisfeito	-	19,35%	16,67%	4,48%	10,13%
Muito insatisfeito	-	14,52%	8,20%	2,68%	6,35%
Não responderam	-	20,43%	15,85%	1,19%	9,37%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em relação a Organização e Gestão do programa em cada modalidade, foram avaliados fatores que envolvem a percepção dos estudantes quanto aos aspectos do funcionamento e rotina do Programa nas escolas.

O nível de satisfação apresenta-se positivo em todas as modalidades, com os maiores percentuais de respostas que declaram estar “satisfeitos”, com destaque para o EJA, que não apresentou respostas negativas nesta dimensão.

No geral, 47,03% afirmaram estar satisfeitos e 27,13% muito satisfeito, ou seja, 74,16% dos alunos entrevistados representando uma avaliação positiva no que diz respeito à Organização e Gestão do Programa.

#### 4.1.2 Condições Físicas

Essa dimensão é composta pelos itens: Local da merenda, Limpeza dos utensílios, Limpeza do local da merenda, Tempo para comer, Barulho no local da merenda.

**Tabela 5 – Grau de Satisfação dos Alunos - Condições Físicas**

CATEGORIA	EJA	ENSINO MÉDIO	FUND. SÉRIES FINAIS	FUND. SÉRIES INICIAIS	GERAL
Muito satisfeito	20,00%	5,81%	9,84%	68,21%	25,96%
Satisfeito	78,33%	36,13%	63,61%	28,21%	51,57%
Insatisfeito	-	22,58%	8,20%	2,50%	8,32%
Muito insatisfeito	-	14,84%	6,89%	1,07%	5,70%
Não responderam	1,67%	20,65%	11,48%	-	8,45%

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em relação às Condições Físicas em cada modalidade, foram avaliados fatores que envolvem a percepção dos estudantes quanto aos aspectos do ambiente utilizado no momento da alimentação nas escolas.

Em termos gerais, os estudantes estão satisfeitos. Tanto os alunos do EJA, como Ensino Fundamental apresentaram maiores percentuais com relação a esse ponto. Já na escola

do Ensino Médio, teve menor percentual em respostas positivas, 41,94%. E 58,06% declararam estarem insatisfeitos, muito insatisfeitos ou não opinaram.

#### 4.1.3 Aspectos Intrínsecos

Essa dimensão é composta pelos aspectos intrínsecos da merenda como: Aparência, Quantidade, Temperatura, Oportunidade de repetir, Qualidade, Sabor, Cheiro, Variedade ofertada.

**Tabela 6 – Grau de Satisfação dos Alunos - Aspectos Intrínsecos**

CATEGORIA	EJA	ENSINO MÉDIO	FUND. SÉRIES FINAIS	FUND. SÉRIES INICIAIS	GERAL
Muito satisfeito	19,79%	4,44%	14,55%	60,27%	24,76%
Satisfeito	78,13%	36,69%	42,42%	29,91%	46,79%
Insatisfeito	-	26,61%	20,70%	5,36%	13,17%
Muito insatisfeito	1,04%	21,37%	11,89%	3,35%	9,41%
Não responderam	1,04%	10,89%	10,45%	1,12%	5,87%

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

Em relação aos aspectos intrínsecos em cada modalidade, foram avaliados fatores que envolvem a percepção dos estudantes quanto a fatores inerentes à alimentação.

Uma porcentagem de 71,55% dos alunos, de forma geral, declararam estar muito satisfeitos ou satisfeitos com esses fatores, e mais uma vez, diferente dos outros segmentos, o Ensino Médio demonstrou maior percentual de insatisfação ou não opinou sobre este aspecto, um total de 58,85% dos alunos.

#### 4.1.4 Atendimento

Esta dimensão é composta pelos itens: Respeito, Atenção, Respostas, Informações Nutricionais e Atendimento.

**Tabela 7 – Grau de Satisfação dos alunos – Atendimento**

CATEGORIA	EJA	ENSINO MÉDIO	FUND. SÉRIES FINAIS	FUND. SÉRIES INICIAIS	GERAL
Muito satisfeito	25,00%	11,05%	14,43%	64,29%	28,69%
Satisfeito	75,00%	39,53%	45,90%	28,93%	47,34%
Insatisfeito	-	18,22%	14,75%	2,14%	8,78%
Muito insatisfeito	-	13,08%	7,87%	2,50%	5,86%
Não responderam	-	18,13%	17,05%	2,14%	9,33%

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

Em relação ao atendimento em cada modalidade, foram avaliados fatores que envolvem a percepção dos estudantes quanto ao atendimento da equipe da merenda, a

capacitação desses agentes e a forma como desempenham suas funções com ética e respeito com os alunos.

A maior parte dos alunos (76,03%), responderam positivamente em relação ao atendimento oferecido pelas merendeiras. O desempenho do atendimento do EJA se destaca entre os outros mais uma vez, pois não apresenta respostas negativas em relação a esse aspecto.

## 4.2 Síntese das Categorias Analisadas

Analisando todos os aspectos, temos os seguintes resultados:

**Tabela 8 – Grau de Satisfação dos Alunos**

CATEGORIA	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	CONDIÇÕES FÍSICAS	ASPECTOS INTRÍSECOS	ATENDIMENTO	TOTAL
Muito satisfeito	27,13%	25,96%	24,76%	28,69%	26,64%
Satisfeito	47,03%	51,57%	46,79%	47,34%	48,18%
Insatisfeito	10,13%	8,32%	13,17%	8,78%	10,10%
Muito insatisfeito	6,35%	5,70%	9,41%	5,86%	6,83%
Não responderam	9,37%	8,45%	5,87%	9,33%	8,25%

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que, apesar de apresentar percentuais significativos negativos em alguns aspectos, em uma análise geral, o programa apresenta uma evidente efetividade na opinião do seu público alvo. O percentual de 74,82% dos alunos de todas as escolas analisadas na pesquisa apresenta uma avaliação positiva (muito satisfeitos ou satisfeitos) com as questões abordadas. O total de 16,93% avaliaram de forma negativa (muito insatisfeito ou insatisfeito) com o programa. E apenas 8,25% não opinaram.

## 4.3 Entrevista aos Gestores Escolares

Os quatro gestores apresentaram respostas muito semelhantes no roteiro de entrevista. Por isso, apresenta-se uma análise geral dos dados obtidos através da perspectiva desses atores sociais do PNAE.

Quanto aos objetivos do programa, eles demonstram conhecer os principais, como: “contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do educando em sua formação alimentar, pois oferecemos refeições que atendem as suas necessidades nutricionais no período escolar”. Demonstrando que o programa consegue repassar aos atores sociais envolvidos suas diretrizes, em que uma delas é a de que alimentação reflete no rendimento escolar do aluno.

Quanto à descentralização do PNAE, acreditam que foi um ponto favorável para as escolas, pois lhes ofereceu autonomia no processo de aquisição dos gêneros alimentícios, sendo ajustada de acordo com a necessidade real de cada educandário.

Quanto aos fatores positivos e negativos, destacaram que os recursos sempre são recebidos, porém, é um valor desproporcional para quantidade de alunos.

Quanto ao suporte técnico oferecido pelo MEC - FNDE aos gestores, afirmaram que há um suporte efetivo no fornecimento dos recursos financeiros e cursos oferecidos na plataforma para gestão e conselheiros.

Quanto à prestação de contas, responderam que é feita mensalmente. E a compra é feita através de licitação, geralmente a empresa que oferecer o menor preço.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como objetivo verificar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e analisar o grau de sua efetividade em escolas da rede pública de ensino na cidade de Sousa-PB, utilizando-se da percepção da gestão das escolas e dos alunos.

De maneira geral o Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Sousa atingiu um grau de efetividade satisfatório de acordo com a pesquisa realizada com os alunos em relação à qualidade do atendimento oferecido em escolas públicas da cidade, a maior parte deles respondeu positivamente em relação aos aspectos de funcionamento e rotina, ambiente da merenda, fatores inerentes a alimentação e o desempenho das funções dos agentes do programa.

Através de uma análise individual por modalidade, apenas o Ensino Médio apresentou maioria de resultados negativos em relação às condições físicas do local da merenda e aos fatores que avaliam a qualidade da alimentação oferecida.

A descentralização (municipalização) do Programa se mostrou um ponto positivo, segundo os gestores.

Os resultados apontados no trabalho de Ribeiro *et. al.* (2013, p. 7) constataram que o Programa necessita de adequações para atender satisfatoriamente ao público específico dos CEE's, tendo em vista que da forma que se apresenta atualmente, é apenas extensão de uma política, sem as adaptações necessárias, perdendo parte de sua efetividade, e até tornando-se totalmente ineficiente. No presente trabalho, foi verificado que o programa não é totalmente ineficiente, mas apresenta pequenas falhas e que os alunos das séries iniciais e EJA aderem

mais ao Programa, o que ocorre parcialmente no Ensino Médio, contudo, existe um grau reduzido de rejeição.

De acordo com a pesquisa de Oliveira *et. al.* (2018), constatou-se que o maior desafio é oferecer uma merenda de qualidade que possa suprir as necessidades nutricionais dos alunos, como exigidas pelo FNDE, considerando o baixo recurso disponível. No presente estudo, foram avaliados fatores que envolvem a percepção dos estudantes quanto a fatores de qualidade da alimentação e que, apesar do baixo recurso relatado pelos gestores, apresentou um grau satisfatório.

Considerando a necessidade de ajustes na execução do programa, entende-se que ele demonstra ser parcialmente efetivo, pois não alcançou todos os objetivos pré-estabelecidos por sua legislação.

Portanto, para que o município atinja total efetividade da política pública deve-se corrigir pequenas falhas e aperfeiçoar práticas na execução do programa nas escolas, de uma maneira em que cada profissional envolvido assuma sua responsabilidade de forma absoluta, através de um contato com os alunos e outros agentes envolvidos, para verificar a aceitabilidade da merenda escolar, melhorar os cardápios, adequando o atendimento de forma que satisfaça as necessidades dos alunos.

Conclui-se que apesar do programa estar funcionando de maneira satisfatória nas escolas analisadas, há necessidade de ajustes. O acompanhamento sistemático dos gestores é fundamental, concomitante à efetiva contribuição dos atores em contato direto com os beneficiários, tendo em vista que estes podem contribuir com a sugestão de alterações funcionais relevantes, de forma que não haja ajustes meramente formais e sem efetividade, proporcionando um real aperfeiçoamento da política pública.

Sugere-se para pesquisas futuras, utilizar como amostra unidades escolares de estruturas equivalentes e verificar se há suporte para o gerenciamento da merenda escolar no educandário.

## **REFERÊNCIAS**

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. Uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Guaíba. *Dissertação* (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BRASIL. (2015). Cartilha Nacional da alimentação escolar. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/960.pdf>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Portal do FNDE. Histórico. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>

CIRO, Paulo Marcos dos Reis; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. O programa nacional de alimentação escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa, Minas Gerais. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social-ENAPEGS 2013. 2013.

DE SALAZAR, Ligia. Evaluación de efectividad en promoción de la salud: guía de evaluación rápida. Centro para el Desarrollo y Evaluación de Políticas y Tecnología en Salud Pública; Universidad del Valle; Organización Panamericana de la Salud, 2004.

FNDE, 2018. Módulo PNAE. Disponível em: <[ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao\\_pela\\_escola/modulo\\_pnae\\_conteudo.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pnae_conteudo.pdf)> Acesso em 03 Out. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Plageder, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Reforma do Estado e transparência: estratégias de controle da corrupção no Brasil. 2002.

MEC, 2018 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas>

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, p. 08-2005, 2001.

MENDES, Roselaine da Cruz; OLEIRO, Walter Nunes; QUINTANA, Alexandre Costa. A contribuição da contabilidade e auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em busca do combate contra a corrupção no Brasil. 2008.

OLIVEIRA, Werles Xavier de. A importância da auditoria governamental como ferramenta de controle da administração pública contemporânea. A importância da auditoria governamental como ferramenta de controle da administração pública contemporânea, 2010.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, França; JORGE, Mário. As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas. Desenvolvimento em questão, v. 11, n. 22, 2013.

TCE-PB, 2018. Competências do Tribunal de Contas. Disponível em: <http://tce.pb.gov.br/institucional/competencia-a-instituicao>

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: AATR, v. 200, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto NS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

 <small>Programa Nacional de Alimentação Escolar</small>		<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS</b>					
IDADE:	SÉRIE:	SEXO: F( ) M( )	QUANTAS VEZES POR SEMANA VOCÊ COME A MERENDA ESCOLAR?				
			1( )	2( )	3( )	4( )	5( )
ESTOU SATISFEITO...			MUITO SATISFEITO	SATISFEITO	INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO	NÃO SEI DIZER
1. COM OS ALIMENTOS QUE SÃO OFERECIDOS NA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. COM O ATENDIMENTO DAS MERENDEIRAS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. COM O LOCAL DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. COM A APARÊNCIA DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. COM O RESPEITO DAS MERENDEIRAS NA HORA DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. COM AS COMIDAS REGIONAIS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. COM A LIMPEZA DOS UTENSÍLIOS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. COM AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS QUE RECEBO DURANTE A MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. COM A MERENDA EM DATAS ESPECIAIS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. COM A LIMPEZA DO LOCAL DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. COM O HORÁRIO DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. COM A ATENÇÃO DA EQUIPE QUE TRABALHA COM A MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. COM O TEMPO QUE TENHO PARA COMER?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. COM A PRESENÇA DE PROFESSORES NA HORA DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. COM A QUANTIDADE DE COMIDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. COM A TEMPERATURA DA COMIDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. COM O BARULHO DO LOCAL DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. COM A OPORTUNIDADE DE REPETIR A MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. COM AS RESPOSTAS DAS MERENDEIRAS QUANDO FAÇO PERGUNTAS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. COM A QUALIDADE DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. COM O SABOR DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. COM O CHEIRO DA MERENDA?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. COM A VARIEDADE DE COMIDAS OFERECIDAS?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. COM A MERENDA ESCOLAR?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA DO GESTOR ESCOLAR

 <p>Programa Nacional de Alimentação Escolar</p>		<b>ROTEIRO DE ENTREVISTA – GESTOR ESCOLAR</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO:</b>		
<b>NOME DA INSTITUIÇÃO:</b>		
<b>DADOS DO ENTREVISTADO:</b>		
<b>CARGO:</b>		
<b>EMAIL:</b>		
<b>TELEFONE:</b>		
<b>TEMPO NA FUNÇÃO:</b>		
<b>1</b>	Qual a sua relação com o PNAE? Conhece os objetivos do programa?	
<b>2</b>	Você considera que existe algum reflexo na aprendizagem dos alunos?	
<b>3</b>	Qual a importância do Programa ter sido descentralizado? (Quando os municípios e as secretarias estaduais e distrital de educação passaram a assumir as funções anteriormente desempenhadas pelo gerenciador do PNAE.)	
<b>4</b>	Você acredita que houve um ganho efetivo de autonomia na gestão e aplicação de recursos?	
<b>5</b>	Você poderia identificar fatores positivos e negativos, anteriores e atuais?	
<b>6</b>	O MEC – FNDE dá algum tipo de suporte técnico na realização do seu trabalho?	
<b>7</b>	Conhece os valores que são repassados?	
<b>8</b>	Como é realizada a prestação de contas? Houve algum problema burocrático na prestação de contas que você gostaria de relatar?	
<b>9</b>	Conhece a forma de compra, armazenamento, distribuição da merenda?	
<b>10</b>	Você diria que o Programa promove equidade entre os alunos do município?	